



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638316 - SC (2021/0000624-0)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : LINDIANA BRANCO DZIACHAN E OUTROS  
**ADVOGADOS** : LINDIANA BRANCO DZIACHAN - SC032715  
LEONARDO LUÍS SANTOS DA SILVA - SC058308  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : PABLO ALEHANDRO DE QUADROS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PABLO ALEHANDRO DE QUADROS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Agravado de Execução Penal n. 5022620-75.2020.8.24.0033).

A impetrante sustenta que o Juízo de Execuções não utilizou o percentual correto no cálculo da progressão de regime do paciente, pois este não é reincidente específico em crime hediondo ou equiparado, de modo que faz jus à fração de 2/5 para progressão de regime, conforme previsão do art. 112, V, da Lei n. 7.210/84.

Ressalta que:

Ademais, o caso retrata hipótese de ilegalidade manifesta: o TJSC afirmou que o Paciente faz jus à aplicação do patamar de 40% (2/5) em relação ao delito de tráfico ilícito de entorpecentes por não se tratar de reincidência específica, conforme à inteligência do artigo 112 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP), porém, por um equívoco não conheceu o recurso por entender que não houve interesse recursal. (fl. 04).

Tece, em resumo, as seguintes considerações:

Considerando-se o vácuo legal deixado pelo legislador quanto aos condenados por crimes hediondos e reincidentes em crimes comuns, a Lei n. 13.964/19 constitui, sem dúvidas, *novatio legis in melius*, devendo ser interpretada *in bonam partem* para retroagir aos apenados que se encontrarem nesta situação.

Portanto, enquanto o artigo 112, VII serve exclusivamente para o reincidente específico em crime hediondo ou equiparado, o inciso V se aplica ao reincidente genérico quando condenado por crime hediondo ou equiparado. (fl. 10).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja utilizada a fração correta para progressão de regime do paciente. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto condutor se extrai (fl. 21):

No caso em tela, é importante salientar que não houve análise de pedido de progressão de regime pela Magistrada de Primeiro Grau, mas tão somente indeferimento do pedido de retificação do cálculo de futuros benefícios da execução penal, com base nos novos parâmetros estabelecidos na Lei n. 13.964/2019.

[...]

Em que pese a alegação defensiva no sentido de que o inconformismo não se refere à previsão de benefícios, mas à retificação do patamar relacionado à progressão de regime, tem-se que a insurgência, substancialmente, é dirigida ao prognóstico operado em Primeiro Grau, que fixou a data da provável progressão de regime para setembro de 2021.

Assim, como já referido, tal previsão não caracteriza vínculo a decisão futura, por se tratar de dados meramente informativos e passíveis de alteração a qualquer tempo, não fazendo coisa julgada formal nem material.

Por essas razões, no presente caso, inexistente comando judicial que repercuta sobre o direito material do reeducando, o que é necessário à existência do interesse recursal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente